

## **Novo Ensino Médio em Santa Catarina: implicações do Componente Curricular Eletivo Educação Empreendedora no processo formativo das juventudes**

Aline Daniel dos Santos\*, Franciele Soares dos Santos\*\*

### **Resumo**

Este trabalho resulta de uma pesquisa que buscou analisar as implicações do Componente Curricular Eletivo (CCE) Educação Empreendedora no processo formativo das juventudes do Novo Ensino Médio de uma escola pública de Santa Catarina. Utilizou-se como metodologia o materialismo histórico e dialético, a partir de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com o desenvolvimento de análises bibliográficas e documentais. Buscou-se caracterizar como ocorreu a implementação desse CCE na escola selecionada, bem como analisar a compreensão de professores e jovens com relação às implicações da educação empreendedora em sua formação. Para tanto, entrevistaram-se a professora que lecionou o CCE Educação Empreendedora e 28 estudantes que cursaram tal componente, criando um espaço de escuta para esses sujeitos. Como resultados, demonstra-se que a contrarreforma do Ensino Médio apresenta fragmentação e o esvaziamento dos conhecimentos científicos e a fragilidade na formação para as juventudes da classe trabalhadora. Nesse contexto, o empreendedorismo se alastra no âmbito educacional, configurando-se como uma proposta do capital para formação das juventudes da classe trabalhadora, em um discurso que aproxima e legitima a integração do trabalhador com o trabalho precário, induzindo a formação de novas subjetividades, as quais atendam às demandas do capital. Por fim, compreende-se que, por trás do discurso do “novo” Ensino Médio, emergem interesses antigos de favorecimento em prol do empresariado, por meio de parcerias público-privadas que buscam conduzir as juventudes da classe trabalhadora à conformação, precarizando a sua formação, atingindo também outro objetivo, o de fazer a contenção do acesso ao Ensino Superior.

**Palavras-chave:** ensino médio; juventudes; empreendedorismo.

## **New High School in Santa Catarina: implications of the Elective Curricular Component Entrepreneurial Education in the formative process of young people**

### **Abstract**

This paper is the result of a study that sought to analyze the implications of the Elective Curricular Component (ECC) Entrepreneurial Education in the formative process of young people in the New High School of a public school in Santa Catarina. The methodology used was historical and dialectical materialism, based on a qualitative, case study approach, with the development of bibliographic and documentary analysis. The aim was to characterize how this CCE was implemented in the selected school, as well as to analyze the understanding of teachers and young people concerning the implications of entrepreneurial education for their education. To this end, the teacher who taught the Entrepreneurial Education CCE and 28 students who took this component were interviewed, creating a listening space for these subjects. The results show that the counter-reform of secondary education has led to the fragmentation and emptying of scientific knowledge and the fragility of training for working-class young people. In

\* Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) campus de Francisco Beltrão - PR. Orientadora Educacional na Escola de Educação Básica João Roberto Moreira (São Domingos/SC). Membro do grupo de pesquisa: Sociedade, Trabalho e educação (GESTE)/Unioeste. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3807-9737>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6356927402005458>. E-mail: [alinesantos@sed.sc.gov.br](mailto:alinesantos@sed.sc.gov.br).

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão - PR. Membro do grupo de pesquisa: Sociedade, Trabalho e educação (GESTE)/Unioeste. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1223-1650>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8310447915314417>. E-mail: [sfrancielesoares@gmail.com](mailto:sfrancielesoares@gmail.com).

this context, entrepreneurship is spreading in the educational sphere, configuring itself as a proposal from capital for training working-class youth, in a discourse that brings together and legitimizes the integration of workers with precarious work, inducing the formation of new subjectivities that meet the demands of capital. Finally, we understand that behind the discourse of the "new" high school, there are old interests in favoring the business community, through public-private partnerships that seek to lead working-class youth to conform, making their education more precarious, while also achieving another goal, of curbing access to higher education.

**Keywords:** high school; youth; entrepreneurship.

## **Nueva Escuela Secundaria en Santa Catarina: implicaciones del Componente Curricular Electivo Educación Empreendedora en el proceso formativo de los jóvenes**

### **Resumen**

Este trabajo es el resultado de un estudio que buscó analizar las implicaciones del Componente Curricular Electivo (CCE) Educación Empreendedora en el proceso de formación de jóvenes de la Nueva Enseñanza Media en una escuela pública de Santa Catarina. La metodología utilizada fue el materialismo histórico y dialéctico, basado en un abordaje cualitativo, de estudio de caso, con el desarrollo de análisis bibliográficos y documentales. El objetivo fue caracterizar cómo se implementó esta ECC en la escuela seleccionada, así como analizar la comprensión de los profesores y de los jóvenes en cuanto a las implicaciones de la educación emprendedora en su formación. Para ello, se entrevistó al profesor que impartió el CCE de Educación Empreendedora y a 28 alumnos que realizaron el curso, creando un espacio de escucha de estos sujetos. Los resultados muestran que la contrarreforma de la enseñanza secundaria ha fragmentado y vaciado los conocimientos científicos y ha debilitado la formación de los jóvenes de clase trabajadora. En este contexto, el emprendedurismo se difunde en el ámbito educativo, configurándose como una propuesta del capital para la formación de la juventud trabajadora, en un discurso que reúne y legitima la integración del trabajador con el trabajo precario, induciendo la formación de nuevas subjetividades que atiendan a las demandas del capital. Finalmente, entendemos que detrás del discurso de la "nueva" escuela secundaria, se esconden viejos intereses de favorecer al empresariado, a través de alianzas público-privadas que buscan llevar a la juventud de clase trabajadora a conformarse, precarizando su educación, al mismo tiempo que se logra otro objetivo, el de frenar el acceso a la educación superior.

**Palabras clave:** educación secundaria; jóvenes; espíritu empresarial.

### **INTRODUÇÃO**

Nesse texto, realizamos reflexões tendo como foco problematizador a fragilidade apresentada na proposta do Novo Ensino Médio (NEM) nas escolas brasileiras, analisando especialmente como essa vem adentrando nas escolas catarinenses. Ao examinarmos as mudanças curriculares empreendidas com a aprovação da Lei nº 13.415/2017, observamos que o governo federal deu autonomia aos estados para que construíssem seus currículos, os quais deveriam ser subsidiados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Destacamos, neste artigo, a Educação para o Empreendedorismo, que se insere de maneira mais articulada no NEM de Santa Catarina (SC), por meio do Componente Curricular Eletivo (CCE) Educação Empreendedora. Relacionamos a emergência da educação para o empreendedorismo com as exigências das transformações do mundo do trabalho e da

educação das juventudes<sup>1</sup> no contexto do capitalismo contemporâneo, a partir da formação de competências socioemocionais e como proposta do capital para a classe trabalhadora.

Percebemos que a educação para o empreendedorismo se estruturou nas escolas, sem contexto formativo algum, muito menos ouvindo as juventudes e os professores que trabalharam diretamente com ele. Assim sendo, este artigo tem como intuito analisar as implicações do CCE Educação Empreendedora na formação das juventudes de uma escola pública de Santa Catarina. Para tal intento, utilizamos como aporte metodológico o materialismo histórico e dialético e uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Primeiramente, fizemos a identificação do problema de pesquisa, na sequência, levantamos os dados e conduzimos a análise do contexto pesquisado, buscando encontrar soluções ou conclusões para o problema.

Utilizamos como recurso de exploração a análise documental sobre o NEM-SC, a partir dos cadernos do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio (Santa Catarina, 2020), bem como um estudo bibliográfico de autores que proporcionam contribuições para esta reflexão. Usamos como técnica de produção dos dados a entrevista semiestruturada, levando em consideração a concepção da professora e das juventudes da escola, analisando as suas visões e compreensões com relação ao CCE Educação Empreendedora inserido no NEM em sua implementação.

Foram entrevistados a professora que leciona o CCE Educação Empreendedora e 28 estudantes da 3ª série do NEM que cursaram esse componente, criando um espaço de escuta para esses sujeitos. Destacamos que os estudantes entrevistados estavam frequentando o NEM-SC desde a 1ª série do Ensino Médio (2021), sendo concluintes no ano de 2023. As entrevistas ocorreram durante os meses de outubro e novembro de 2023.

Demonstramos com este artigo que as contrarreformas<sup>2</sup> atacam a educação brasileira, que sofre e é conduzida pelo processo de empresariamento da educação. O empresariado, ao querer controlar os sujeitos, oferece uma formação precarizada, alienada aos

---

<sup>1</sup> Optamos pelo uso do termo "juventudes", que compreende um conceito plural e diversificado, representando não apenas uma fase etária, mas também uma multiplicidade de identidades, experiências e contextos sociais. É importante compreender as juventudes como um grupo heterogêneo, atravessado por questões sociais, culturais, econômicas e políticas que influenciam as suas vivências.

<sup>2</sup> Utilizamos o termo "contrarreforma", pois, conforme Frigotto (2023), esta não representa uma renovação, mas sim um resgate do velho. Desse modo, trata-se de uma "reforma" que vai na direção contrária aos interesses da classe trabalhadora.

interesses do capital, formando, nesse contexto, um novo sujeito, fácil de ser manipulado. Por fim, analisamos que a contrarreforma do Ensino Médio de 2017 apresenta fragmentação dos conhecimentos científicos e fragilidade na formação para as juventudes da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o empreendedorismo se alastra no âmbito educacional, configurando-se como uma proposta do capital para a formação das juventudes da classe trabalhadora, em um discurso que aproxima e legitima a integração do trabalhador com o trabalho precário, induzindo a formação de novas subjetividades, as quais atendam às demandas do capital.

Ao concluirmos este texto, ressaltamos que, por trás do discurso do “novo” Ensino Médio, emergem interesses antigos de favorecimento em prol do capital privado, por meio de parcerias público-privadas que buscam conduzir as juventudes da classe trabalhadora à conformação, precarizando a sua formação, atingindo, inclusive, outro objetivo, o de fazer a contenção do acesso ao ensino superior.

### **EMPREENDEADORISMO E EDUCAÇÃO: FORMANDO UM TRABALHADOR DE NOVO TIPO**

Na atualidade, o desemprego estrutural, a fragmentação e a precarização do trabalho fazem emergir um novo tipo de trabalhador ou o novo proletariado de serviços. Conforme salienta Antunes (2020), esse novo proletário “[...] aparece nesse personagem como descrente em relação ao futuro, resignado e ao mesmo tempo descontente quanto ao presente” (Antunes, 2020, p. 25). Observamos, nessa nova forma de trabalho, a instabilidade e a insegurança como sendo constantes, pois o trabalho, nesse contínuo, não é determinado pela quantidade de horas trabalhadas, pois não há, muitas vezes, contrato, conseqüentemente, não existem direitos assegurados. Podemos, desse modo, denominá-lo de trabalho intermitente, em que as grandes empresas se aproveitam (exploram) dos trabalhadores, “[...] expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização”, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento” (Antunes, 2020, p. 25).

Em face desse cenário, o empreendedorismo, de acordo com Antunes (2020), surge como uma palavra mistificadora, expressando que basta ao indivíduo querer que ele consegue. Utiliza-se, nesse contexto, da imagem ilusória da prosperidade, instigando os indivíduos, principalmente os jovens, a serem empreendedores, retirando-se da condição de assalariados.

O empreendedorismo tem como ferramenta para expansão do seu discurso ideológico a mídia, que atrai os indivíduos para fazerem parte desse novo proletariado, que não é submisso, conforme se apregoa, haja vista que a pessoa se torna patrão e empresário de si mesma.

Nesse cenário, a educação é entregue às mãos do empresariado, que domina e não quer ser dominado, por isso, busca precarizar o ensino para que a classe trabalhadora tenha o “privilegio de servi-lo”, de usar toda a força de seu trabalho em troca de sua sobrevivência, enquanto a classe hegemônica torna-se mais forte e vigorosa. Podemos afirmar que, por essa razão, o poder e a riqueza se concentram nas mãos de poucos, ao passo que a maior parte da população empobrece a cada dia. Assim, é necessário controlar as posses dos mais ricos para que os pobres comecem a viver. O argumento por eles utilizado no campo educacional pauta-se na ideologia do empreendedorismo, a qual, segundo Reis (2019),

[...] busca adequar os trabalhadores/empreendedores as condições atuais de mercado, ao mesmo tempo em que oculta a divisão da sociedade em classes sob o argumento fictício de que todos podem ser donos de negócios. Representa, portanto, os interesses da classe dominante como se fosse o interesse geral da sociedade e, ao fazê-lo, naturaliza o desemprego e precarização do trabalho que avança a cada dia (Reis, 2019, p. 62).

Nesse sentido, Antunes (2020) refere-se aos empreendedores, como “[...] uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (2020, p. 36, grifo do autor), afirmando que essas novas formas de trabalho ocultam o assalariamento por meio do trabalho autônomo. O autor exemplifica essa nova categoria com a empresa Uber, permitindo-nos analisar o quanto o capital explora da classe que trabalha, pois, a lucratividade é o que importa acima de tudo, enquanto o sujeito é esquecido, coisificado, visto como um mero objeto a ser manipulado. Submetidos à nova organização do trabalho, “[...] com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir “metas”, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos” (Antunes, 2020, p. 37).

Antunes (2020) pondera ainda que o capital introduziu o sistema de metas e a concorrência generalizada. O sistema de metas ocasiona no trabalhador a escravidão digital, pois ele já não tem mais um horário para trabalhar, o capital lhe informa o que deseja como meta mínima a ser atingida, e o trabalhador deve trabalhar mais e mais, para que não fique apenas no mínimo, mas que se sobressaia diante de seus colegas, que, são na verdade, seus concorrentes.

O autor argumenta que o precariado é uma classe que se difere das outras; essa “[...] *nova classe* mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável, mais facilmente atraída por “políticas populistas”, suscetíveis de acolher inclusive apelos “neofacistas”” (Antunes, 2020, p. 60, grifo do autor). Trabalhos informais, com atividades parciais e até mesmo intermitentes, acentuam a heterogeneidade da classe trabalhadora.

É possível dizer que há um desmonte na esfera trabalhista, com isso, começam a se elevar os índices de desemprego estrutural e as formas precarizadas do trabalho, tornando a instabilidade uma constante que atormenta a todos os trabalhadores. Para Antunes (2020), o trabalhador torna-se “[...] um déspota de si próprio. Ele é instigado a se autorreprimir e se punir, se a sua produção não atingir a chamada “qualidade total” (essa falácia mistificadora do capital)” (Antunes, 2009, p. 203). O sociólogo ainda caracteriza esse processo como “envolvimento manipulado”, no qual ocorre o estranhamento do trabalho ou a alienação do trabalho, que é “[...] interiorizada na “alma do trabalhador”, levando-o a só pensar na produtividade, na competitividade, em como melhorar a produção da empresa, da sua “outra família”. [...] é o trabalhador pensando para o capital” (Antunes, 2009, p. 203).

Desta forma, defendemos a tese de que o empreendedorismo amplia a desigualdade social existente, alicerçando-se na precarização do trabalho e na exploração do trabalhador. A problemática do empreendedorismo não está somente entrelaçada ao viés de uma ideologia empreendedora, mas também às relações sociais determinantes para esse sujeito. Nessa perspectiva, para Reis (2019), a ideologia do empreendedorismo exige uma nova organização do Estado, que passa a se chamar Estado neoliberal, caracterizado pelas políticas que promovem o capital e presente em diferentes contextos, como nas determinações comportamentais para a produtividade e nas políticas de controle sob a população desempregada.

Desde a década de 1990, no Brasil, estudos têm demonstrado o surgimento do interesse do empresariado na educação escolar. Para alguns autores, os empresários haviam percebido o “valor da educação”. Com as inovações tecnológicas implementadas pelas empresas, haveria necessidade de intelectualização do trabalho e a elevação da qualidade educacional dos trabalhadores. Todavia, Rodrigues (2002) enfatiza que o objetivo do

empresariado estava mascarado; a pretensão de inserção dos empresários no âmbito educacional era uma só: formar os trabalhadores para cumprir com as necessidades do capital.

Nessa lógica, o empreendedorismo adentra no âmbito educacional como parte da política neoliberal, por meio de um projeto pedagógico dominante que vincula a educação ao mercado de trabalho, com vistas a favorecer a pedagogia do capital, das competências e da empregabilidade. O capital vê na educação a forma de concretizar o seu maior objetivo, que é formar um cidadão mínimo, acessível a manipulação e a exploração (Frigotto, 2002).

De acordo com Oliveira (2023), o capital busca caminhos que aprofundam e naturalizam a exploração do trabalhador, conformando assim a subjetividade do trabalho em sua nova forma de organização. Sob essa ótica, o discurso ideológico empreendedor evocado pelas políticas neoliberais, que chegam à Educação Básica, mascara e oculta a precarização e a informalidade. Com uma lógica destrutiva, o objetivo é formar os jovens trabalhadores para a desqualificação e para o desemprego.

É nesse movimento que ocorre a formação de empreendedores, os quais naturalizam o desemprego estrutural como falta de esforço dos sujeitos, e esses, por sua vez, acostumam-se com a ideia do trabalho precarizado e da informalidade. Ocorre, nesse momento, o empresariamento do sujeito, um processo que está de acordo com racionalidade neoliberal que objetiva um novo modo de produção de si (Dardot; Laval, 2016).

Nessa perspectiva, Antunes (2020) sublinha que o sujeito acredita ser o patrão ou muitas vezes o sócio da empresa; enquanto seus direitos trabalhistas são retirados, esse sujeito se esquece de suas perspectivas futuras, pois vive um momento de constante insegurança. De acordo com Coan (2011), no Brasil, o empreendedorismo na educação básica surge primeiramente como uma disciplina, fora dos currículos, sendo, portanto, extracurricular. Contudo, o auge dessa trajetória do empreendedorismo na educação básica se estabelece com a proposta de uma pedagogia empreendedora, idealizada por Fernando Dolabela (2003). Os discursos apresentados pelo empreendedorismo, e que são direcionados às juventudes, se relacionam com o protagonismo juvenil, bem como com a visão de empoderamento. Assim, “[...] ao invés de procurar empregos, que são insuficientes em relação a demanda, os jovens empreendedores seriam capazes de investigar oportunidades, promover ações efetivas e inovadoras, e gerar empregos e desenvolvimento” (Reis, 2019, p. 80).



Oliveira (2023) expõe que a estratégia do empreendedorismo é “[...] vender a crise do capital como uma oportunidade de negócio em que o desemprego, a precarização e a informalidade funcionam como realidades que justificam e fundamentam a prática empreendedora como uma realidade necessária” (Oliveira, 2023, p. 17). Além disso, o empreendedorismo torna-se um discurso contundente do capital para a classe trabalhadora, contudo, os empreendedores da classe que trabalha geralmente não fazem isso como forma de oportunidade, mas como a única forma de sobrevivência.

No que compete ao campo educacional, Coan (2011) pondera que “[...] a educação para o empreendedorismo pode ser considerada um dos elementos da “nova pedagogia da hegemonia [...]” (Coan, 2011, p. 55), que elabora diferentes estratégias que estão em consonância com a racionalidade neoliberal vinculada a um novo modo de produção de si (Dardot; Laval, 2016). E ainda, encaixa-se em um formato de “[...] educação em estado falso, para contenção, para subserviência, alienação, aceitação e adaptação a condições cada vez mais brutais de existência” (Catini, 2020, p. 66).

A partir dos aspectos explorados até o momento, na sequência, analisamos a inserção da educação empreendedora como CCE no NEM-SC.

### **A LEI Nº 13.415 DE 2017 E A ORGANIZAÇÃO DO “NOVO” ENSINO MÉDIO CATARINENSE**

Um dos Estados protagonistas na implementação do NEM foi o de Santa Catarina, iniciando a construção do seu próprio currículo ainda em 2019, orientado pelas alterações fomentadas pela reforma educacional promovida com a aprovação da Lei nº 13.415/2017.

O processo de elaboração e de organização curricular do NEM em SC teve início em 2018, seguido do lançamento do Caderno de Orientações para Implementação do NEM pela Secretaria de Estado da Educação (SED) em 2019 (Santa Catarina, 2019). Esse documento contextualiza o NEM, apresentando a sua estrutura curricular, a matriz de referência, o componente curricular projeto de vida, os CCEs, a organização do trabalho pedagógico, bem como uma breve contextualização sobre os Itinerários Formativos. O estado de SC assumiu o compromisso de implantação do NEM em todas as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino até o ano de 2022.



Nesse sentido, em 2020, iniciou-se a implementação em 120 escolas-piloto (16,71% das escolas da Rede), assim denominadas pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 649/2018<sup>3</sup>, com amparo do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. Grande parte dessas escolas já funcionava com o Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI)<sup>4</sup>, proposta que se apoiava na parceria de instituições privadas como o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Natura; outras escolas contavam com o Programa de Ensino Médio Inovador (ProEMI). As escolas se distribuem no estado conforme o mapa a seguir:

sugestões para os CCEs. Partindo dessas proposições, os técnicos do Ensino Médio da SED-SC agruparam as sugestões conforme a sua relação com as Áreas do Conhecimento, Ciência e Tecnologia e Temas Contemporâneos. Inicialmente, foram ofertadas às escolas-piloto 52 opções de CCEs; destacamos os Temas Contemporâneos, que ofertaram seis CCEs, sendo estes: Educação Financeira, Educação Fiscal, Educação para o Mundo do Trabalho, Projeto de Pesquisa e Intervenção, Estudos Dirigidos e a Educação Empreendedora.

A partir do ano de 2020, ocorreu a formação dos professores e gestores para a implementação do NEM em SC, ofertado pela SED-SC em parceria com o Instituto longo de Belo Horizonte (MG)<sup>5</sup>. Essa formação envolveu professores de diversas áreas para a elaboração do Portfólio dos educadores, denominado *Componentes Curriculares Eletivos: Construindo e Ampliando Saberes* (2020). Nesse documento, encontramos o total de 25 disciplinas eletivas, distribuídas nas áreas do conhecimento, as quais detalhamos adiante. Em específico, na área do conhecimento dos Componentes Integradores, encontramos a educação empreendedora.

Observamos que, com as parcerias público-privadas, a autonomia e o viés pedagógico da instituição escolar se comprometem, pois a educação passa a ser vista como um mercado lucrativo, e a escola é considerada como uma empresa, seguindo o ideal pedagógico de formar trabalhadores flexíveis, caminhando a passos largos rumo à sua privatização. Sabemos que, no contexto das parcerias público-privadas, a escola encontra-se fundamentada em um modelo de empresa educadora (Laval, 2019).

Podemos destacar a fragmentação do currículo do NEM-SC, composto pelas disciplinas da formação geral básica, divididas pelas seguintes áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias (integram-se a essa área as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, Inglês, Artes, Educação Física); Matemática e suas tecnologias (integra-se a essa área somente a disciplina de Matemática); Ciências da Natureza e suas tecnologias (integram-se a essa área as disciplinas de Física, Química e Biologia); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (integram-se a essa área as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia); e os Itinerários Formativos (parte flexível do currículo). Integram os Itinerários Formativos o

---

<sup>5</sup> O Instituto longo é um grupo educacional privado, com sede em Belo Horizonte - MG, mantido pelo Movimento Bem Maior e pelo Instituto MRV. Em seu site, o Instituto se apresenta da seguinte forma: “longo, em latim, significa reunir, atrelar, unir aos pares. Nosso nome sintetiza todos os sentidos que orientam a nossa atuação: trabalhamos em parceria e colaboração, em especial com os educadores” (Sobre o [...], 2023).

projeto de vida, a segunda língua estrangeira, os CCEs, sendo um desses a temática deste artigo, e as trilhas de aprofundamento, que podem contemplar uma ou mais áreas do conhecimento, ou, ainda, estar voltada à formação técnica e profissional.

Os Itinerários Formativos estão integrados, conforme a Portaria nº 1.432/2018 do MEC, dentro de quatro eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo (Brasil, 2018). De fato, com um currículo mínimo e fragmentado, como caracterizado por Araujo (2019), fundamentado no desenvolvimento de competências específicas, evidencia-se uma contrarreforma educacional ofertada aos jovens. Ao mesmo tempo, estreitam-se as suas escolhas, determinando o seu percurso, traçando a sua trajetória com os Itinerários Formativos definidos pelo sistema. Trata-se, portanto, de uma reforma que favorece o processo de exclusão e inibe o ataque à educação das juventudes da classe trabalhadora, forjando o discurso de protagonismo juvenil.

Araujo (2019) menciona ainda que a contrarreforma curricular do Ensino Médio propõe uma amarra entre seu currículo e o percurso do jovem da classe trabalhadora, limitando o potencial da instituição de ensino a produzir oportunidades a esse jovem, que corresponde a 80% das matrículas no ensino médio brasileiro. O estudante passa a ter uma formação baseada na lógica da competição, fragmentada e dissociada de seus interesses. Assim, “[...] desenvolve-se um imaginário social legitimador de um individualismo violento (mascarado de empreendedorismo) que lança as juventudes em um vácuo social, no qual conta apenas o presente, a “luta pela sua própria sobrevivência” (Freitas, 2018, p. 23-24).

Na seção a seguir, concentramo-nos no CCE Educação Empreendedora e as falas dos entrevistados.

## **OS JOVENS E A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO NEM-SC**

Os CCEs, conforme ressalta o Caderno de Orientações para a Implementação do NEM (Santa Catarina, 2019), são componentes que aprofundam os conhecimentos em uma ou mais áreas, proporcionando o desenvolvimento de habilidades específicas, e devem estar alinhados aos quatro eixos estruturantes dos itinerários, bem como às suas habilidades e competências. Quanto à periodicidade dos CCEs, ocorre de maneira semestral, sendo ofertados semanalmente em duas horas de aula sequenciadas, proporcionando, conforme o documento, que os estudantes perpassem por diversas vivências.

Para a escolha dos CCEs, de acordo com o Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio (Santa Catarina, 2022), deve-se considerar primeiramente uma escuta interna (professores, equipe pedagógica e gestora definem o que a escola tem como possibilidade de oferta). Em seguida, passa-se a escuta externa (comunidade, responsáveis e estudantes dos 9º anos Ensino Fundamental para os CCEs e estudantes das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio para os CCEs e trilhas de aprofundamento). Tendo como base as duas primeiras etapas, o próximo passo é a definição dos CCEs e das trilhas de aprofundamento ofertados naquela escola e a sequente divulgação dos itinerários disponíveis. Assim, mediante a matrícula do estudante, ele escolherá qual componente gostaria de frequentar, dentre os ofertados.

Outro ponto que merece destaque com relação à contrarreforma é que a proposta apresenta a possibilidade de que os Itinerários Formativos possam ser cursados em instituições privadas de ensino, terceirizando a formação em uma instituição pública de ensino para as instituições privadas, o que intensifica a diferenciação do ensino público, aprofundando o empresariamento da educação (Reis, 2019).

Percebemos que os jovens pobres ficam à mercê do que as instituições públicas podem ofertar. Nesse viés, “[...] o papel da educação é reduzido, portanto, a mera formação de insumos para o processo de trabalho, para garantir um suprimento de mão de obra adequadamente formado para a exploração capitalista” (Reis, 2019, p. 129). Aos poucos, ocorre o direcionamento da formação educacional dos educandos, de modo que possam atender às necessidades do sistema produtivo. Privilegia-se, desse modo, uma aprendizagem de valores associados a esse setor, destacando-se o individualismo, a competição e o desenvolvimento de competências cognitivas e habilidades comportamentais.

Com a implementação do NEM-SC, verificamos que as desigualdades que já são existentes para o estudante da classe trabalhadora se agravam gradativamente. No NEM, o estudante de classe trabalhadora sente-se integrante do mercado e é incentivado a competir em uma corrida na qual já sai perdendo. O seu sucesso e o seu fracasso são responsabilidade dele mesmo, ignorando-se a intervenção estatal nesse processo.

Esse aspecto é salientado na fala da professora que entrevistamos, ao mencionar que “o aluno está saindo como se fosse uma carroça vazia, batendo bastante e sabendo muito

pouco” (Amanda, 2023). Isso é complementado pelas palavras de uma estudante: “a gente está saindo, mas, a gente deseja que os outros tenham a oportunidade de aprender o que a gente não aprendeu” (Renata, 2023). Os posicionamentos em destaque estão associados: a professora expõe que os estudantes concluem de maneira precária o Ensino Médio nessa matriz curricular, e a estudante afirma que o novo formato a prejudicou.

Entrevistamos 28 estudantes (10 meninos e 18 meninas), com idades entre 17 e 18 anos. Em análise, identificamos que a concepção de “para que o Ensino Médio deve formar” é traçada pela perspectiva de preparação a vida, para a universidade e para o mundo do trabalho.

Dentre os jovens entrevistados, observamos que 18 residem na zona urbana e 10 na zona rural. Dos que vivem no campo, duas estudantes fazem cursinho pré-vestibular on-line e quatro deles já se ocupam em atividades com suas famílias, tanto que três desses jovens pretendem estudar e se especializar para continuar no campo, e um deles não pretende continuar com os estudos. Ainda um estudante da zona rural complementa seus estudos em casa pelo *YouTube*.

Com relação aos 18 estudantes que residem na zona urbana, onze estudam em casa por meio de cursos pré-vestibular e/ou pelo *YouTube*. Esses estudantes auxiliam nas atividades diárias de casa, não tendo que trabalhar fora. O NEM na unidade de ensino que estudam tem formato integral em um dia da semana, por isso, os empregos formais no comércio e nas fábricas de vestuário dificilmente aceitam/contratam esses jovens, pois sabem que perderão meio período de trabalho. Assim, os estudantes do NEM encontram dificuldades em conciliar os estudos com o mercado de trabalho (o que vai na contramão da proposta).

Dos 28 estudantes entrevistados, vinte e cinco deles declaram ter uma avaliação negativa do NEM, e três avaliam positivamente. Entre os pontos negativos, podemos citar o esvaziamento das disciplinas de formação geral básica do currículo e a falta de objetividade dos conteúdos trabalhados pela parte flexível do currículo. Os três estudantes que fizeram uma avaliação positiva do NEM-SC, quando questionados sobre suas perspectivas de futuro, um ressalta que não pretende continuar com os estudos, pois já trabalha com a família no campo, e os outros dois salientam que querem continuar com os estudos apenas em nível técnico, qualificando-se para o mercado de trabalho. Até mesmo os estudantes que gostam da proposta a criticam.

Passamos à análise mais detalhada dos estudantes que se sentem insatisfeitos com o NEM-SC, pois afirmam que não aprendem o que é necessário para adentrar no mundo do trabalho e nem na universidade. Nessa perspectiva, notamos que a percepção dos estudantes com relação ao currículo do NEM-SC é de um sentimento de esvaziamento. Com efeito, ao estudante da classe trabalhadora resta uma formação precária, direcionada para o trabalho produtivo. Vinte e quatro dos 28 estudantes entrevistados aspiram ao Ensino Superior, três almejam o ensino técnico e um disse que não pretende continuar estudando.

No descompasso da implementação do NEM-SC, visualizamos que o principal vestibular brasileiro, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), seguiu cobrando de seus vestibulandos, em 2023, conteúdos fundamentados na proposta tradicional do Ensino Médio, ou seja, não fez alterações tendo em vista o novo formato de ensino. Dessa forma, em Santa Catarina, as juventudes principalmente das 120 escolas-piloto (escolas com implementação do NEM ainda em 2021) foram prejudicadas com relação ao vestibular, e, conseqüentemente, com o acesso ao Ensino Superior. Sabemos que a cobrança de disciplinas as quais os estudantes não tiveram nem metade de seus conteúdos destoa com a preocupação sobre a formação desses jovens. O que acontece, conforme argumenta Frigotto (2021), é um fatiamento do Ensino Médio, haja vista que o currículo é dividido em vários Itinerários Formativos, e a rede de ensino não tem a obrigação de ofertar todos os Itinerários. Assim, o esvaziamento da formação geral básica (cobrada no vestibular) no NEM cerceia o direito universal à formação básica de qualidade.

Nesse sentido, afirmamos que os mais afetados são, principalmente, os estudantes de escola pública, que prestaram o ENEM, exame que garante uma vaga na universidade, sem ter a oportunidade de ter o conhecimento daquele conteúdo. Essa é uma problemática que possivelmente persistirá no ano de 2024.

No momento das entrevistas, questionamos os estudantes sobre o que seria o empreendedorismo. Estas foram algumas das respostas: “Empreendedorismo, é saber usar os seus lucros e saber multiplicar, saber gastar e cuidar” (Emili, 2023); “O empreendedorismo seria você ter ciência sobre a sua **autonomia**, a sua economia, sobre você **saber investir o seu próprio dinheiro** e sobre você **ser proativo e ter novas ideias** para você conseguir gerar uma renda extra ou aumentar a sua renda (João, 2023, grifos nossos). A menção e a incorporação das

palavras “proativo”, “autonomia” e o próprio “empreendedorismo”, presentes no currículo do NEM e na BNCC, ocupam um papel de transferência ao sujeito, da responsabilidade sobre a inserção no mercado de trabalho, mediante a justificativa do desemprego estrutural.

A contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC constituem-se “[...] como políticas convergentes com agenda socioemocional, potencializando, pela aproximação programática e pelo oportunismo dos reformados, os dispositivos político-pedagógicos necessários para sua efetivação” (Magalhães, 2023, p. 20).

Ainda durante a entrevista, quando questionamos sobre como foi cursar o CCE Educação Empreendedora, constatamos novamente que o protagonismo na escolha das disciplinas não é do estudante: “[...] sobre educação empreendedora, eu acho que **foi meio que obrigado** todos os alunos a fazerem, tinha alguns que **não queriam** fazer isso né, e tinha uns que aceitaram (Maria, 2023, grifo nosso). Em sua fala, a estudante relatou que a disciplina consistiu praticamente em criar um produto, que basicamente ficou relacionado com a área alimentícia, sendo essa, de acordo com as falas, mais fácil de realizar a atividade proposta. Os estudantes relataram que o trabalho foi realizado em dupla, e deveriam apresentar e socializar o produto em uma data combinada. Assim, a atividade foi desenvolvida na casa de cada estudante, alguns fizeram **suspiro, mini pizzas, brigadeiro, brigadeiro gourmet, bolo de pote**, outros **bolachinhas coloridas, doces (balas), waffle e bolos**.

Os estudantes relatam que, “quanto às implicações da educação empreendedora para nossa formação acredito que afeta muito principalmente no esvaziamento das disciplinas” (Maria, 2023). No geral, entendemos que os estudantes gostaram do CCE Educação Empreendedora, porém, a maior parte dos alunos compreende que “[...] a educação empreendedora contribuiu em boa parte para minha formação, mas penso que **ela deveria ter vindo como algo extra, algo a mais**” (Emili, 2023, grifo nossos, algo que complementasse a formação desses estudantes, e não algo que precarizou ainda mais o acesso a conhecimentos básicos, primordiais para a continuidade dos estudos.

Consoante às falas, é possível afirmar que as juventudes veem o Ensino Médio como ponto primordial para o início de uma nova fase em suas vidas, em que será traçado seu futuro, seja esse direcionado ao mundo do trabalho ou ao Ensino Superior. As juventudes esperam um direcionamento durante o percurso do Ensino Médio, o que, nesse contexto, não está acontecendo.



Ao final das entrevistas, perguntamos aos estudantes com que sentimento eles estavam saindo do Ensino Médio. Esta fala é representativa das demais:

Sendo bem sincera às vezes **é frustrante**, porque a gente para pra pensar e **a gente não aprendeu tanta coisa e vai ter que se virar sozinho** com alguns problemas que tivemos, estou saindo com um sentimento de que **poderia ter melhorado podia ter aprendido muita coisa e que talvez isso vai faltar lá na frente** (Beatriz, 2023, grifo nosso).

Nesse sentido, é lamentável perceber os rumos que a educação pública percorre e direciona a formação das juventudes. É no fortalecimento dos princípios neoliberais do individualismo, da meritocracia e da responsabilização que o empreendedorismo se estabelece, substituindo, dessa forma, a noção de empregabilidade e transfere, como já mencionado, a responsabilidade aos indivíduos pela sua formação e pela preparação para adentrar e permanecer no mundo do trabalho. A justificativa do empreendedorismo é a escassez de empregos, sendo a educação empreendedora considerada como uma estratégia do capital para a conformação da classe trabalhadora “empreendedora de si” (Dardot; Laval, 2016).

De maneira geral, corroborando as pesquisas de Barbosa e Paranhos (2023), enfatizamos neste artigo a crítica à educação para o empreendedorismo, sendo que essa, ao assumir os princípios neoliberais, não busca problematizar a desigualdade, tanto para questões de apropriação de bens quanto para as condições de empreender. Apresenta-se o empreendedorismo como se fosse apenas a capacidade de inovar e criar, para tanto, desconsidera “[...] as lutas de classes e os antagonismos entre capital e trabalho na sociedade capitalista acaba por afirmar um conceito a-histórico de empreendedorismo” (Barbosa; Paranhos, 2023). Assim sendo, propõe que o empreendedorismo seja a solução das problemáticas do capitalismo contemporâneo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos este texto, compreendendo que o empreendedorismo tem sido propagado em diferentes espaços da sociedade, especialmente na educação escolar, como a solução para o desemprego estrutural. Nesse contexto, os discursos midiáticos em prol do empreendedorismo assumem papel fundamental na disseminação de uma cultura empreendedora. Esses posicionamentos se dirigem em especial às juventudes. Analisamos que

o empreendedorismo, ao adentrar no âmbito educacional, tem um propósito; ele se destaca como a estratégia do capital para formar um novo perfil de trabalhador, que seja flexível, polivalente e adaptável às novas configurações do mundo do trabalho.

As contrarreformas educacionais têm grande influência das políticas neoliberais e de seus reformadores, que atuam com intenção de formar subjetividades nas juventudes, consoantes aos interesses do capital (Dardot; Laval, 2016). Dessa forma, a ideologia do empreendedorismo busca, na atualidade, adaptar as juventudes e conformá-las, mediante as formas de precarização e de exploração do trabalho. Cumpre, nessa perspectiva, um papel ideológico com seu discurso, que é de ocultar a existência das classes sociais, pelo argumento da meritocracia, de que todos podem ser empresários de sucesso, sendo necessário desenvolver as habilidades e competências para o seu êxito (Reis, 2019). Devemos atentar-se que “[...] O empreendedorismo atua como um preventivo ideológico que dificulta a emergência de uma consciência de classe nas populações exploradas, levando a interiorização dos valores da classe dominante” (Reis, 2019, p. 166).

Por meio das falas da professora e dos estudantes entrevistados, constatamos que a proposta estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 vai na contramão de uma educação ampla e integral para a classe trabalhadora. As políticas públicas educacionais emergem em um campo de interesses, logo, não é um espaço neutro. Nesse cenário, as políticas educacionais são direcionadas à relação público-privada. O capital, com um discurso ideológico bem formado, tenta consolidar a sua hegemonia perante a classe trabalhadora (Caetano, 2021). Há uma busca incessante pela construção de subjetividades sobe a ótica neoliberal em detrimento da formação das juventudes.

Busca-se, com essa proposta, formar um trabalhador polivalente, empenhado com os interesses da empresa, tranquilamente contratado e demitido, conformado com a escassez de direitos trabalhistas, adaptável às mudanças do capitalismo contemporâneo e/ou ser um “empreendedor de si mesmo”, assumindo os riscos e as responsabilidades, colocando a sua sobrevivência em jogo. Para que isso aconteça, uma formação frágil e precária é necessária, não deixando espaço para a ciência e para o pensamento crítico, fazendo com que a classe trabalhadora esteja conformada com o que se insere, naturalizando a situação precária no mercado de trabalho e disseminando o empreendedorismo como forma de sobrevivência e possível alcance de sucesso. Esse discurso anseia pelas juventudes que normalizem os

princípios neoliberais para a formação humana, o por exemplo, o individualismo, a competição, a meritocracia e outros aspectos. Logo,

Os filhos da classe trabalhadora, portanto, na melhor das hipóteses, terão acesso ao ensino médio mínimo, com uma formação mínima para uma vida igualmente mínima. Trata-se de uma política centrada na cultura do fragmento e do imediato, na economia da mínimo e na responsabilidade transferida para uma instância abstrata e volátil que é o mercado (Ramos; Frigotto, 2016, p. 42).

Diante desse cenário, o desafio que se coloca é o de continuarmos estudando e refletindo para se pensar coletivamente estratégias que desmantelam os ditames do capital, na sua forma neoliberal sobre a escola e acerca da formação das juventudes. Concordamos com Freitas (2018), quando menciona a necessidade da organização de formas de resistência às políticas de reformas neoliberais, a exemplo da contrarreforma do Ensino Médio. Caminhamos na luta pela revogação dessa contrarreforma, da retirada das parcerias público-privadas da educação pública e por uma formação integral na perspectiva progressista.

Por fim, importa dizer que queremos e batalhamos por uma formação em plenitude, integral, por meio da qual as juventudes tenham acesso e possam se apropriar do patrimônio científico, cultural, ético e político produzido pela humanidade, para que as juventudes possam confrontar e questionar, como expressão de sua visão do mundo; almejamos uma formação que dê base para a autonomia econômica e política às juventudes da classe trabalhadora (Ramos; Frigotto, 2016). Portanto, é urgente retomar a defesa do Ensino Médio integrado, universal, público, gratuito, laico e unitário para as juventudes brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino Médio Brasileiro**: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- BARBOSA, Carlos Soares; PARANHOS, Michelle. O empreendedorismo como projeto de vida juvenil no ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro. **Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 21, n. 44, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57385> . Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432 de 2018**. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos, conforme preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/busca?q=+n%c2mec+portaria+n%c2%ba+1432/2018+itinerarios+formativos> Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem)**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes/programa-de-apoio-ao-novo-ensino-medio-pronem> . Acesso em: 20 de jun. 2023.

CAETANO, Maria Raquel. BNCC e Empreendedorismo: O conteúdo da política educacional em disputa. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim (orgs.). **Diálogos sobre a Relação entre o Público e o Privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021. p. 107-124.

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democrática e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 33-39.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. 540f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-27.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O “novo ensino médio”: traição à juventude que frequenta a escola pública. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/analise-o-novoensinomeditraicaoajuventude-que-frequenta-a-escola-publica> . Acesso em: 20 fev. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica: determinações culturais, econômicas, políticas e legais**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino médio**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Implementação do “novo ensino médio” nos estados brasileiros: panorama da incorporação das competências socioemocionais nas políticas curriculares. **Formação em Movimento Revista da ANFOPE**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 1-22, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/download/724/767/2471>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, Tiago F. A barbárie neoliberal e a escola: a formação de empreendedores para um mundo sem direitos e sem emprego. **Trabalho necessário**, [s. l.], v. 21, n. 44, p. 1-24, jan.-abr., 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57268>. Acesso em: 23 maio 2023.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do Golpe de Estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 30-48, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207/15754>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REIS, Luiz Henrique Fernandes. **Juventude LTDA.:** a ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

RODRIGUES, José. A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 103-106.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio**. Florianópolis: SED, 2019.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. Florianópolis: SED, 2020. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2069-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-1/file>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio**. Florianópolis: SED, 2022. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/00691338314e40a6c63bc>. Acesso em: 15 jun. 2023.

**Recebido em:** *Julho/2024.*

**Aprovado em:** *Novembro/2024.*